



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

034

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº: 0185661-9/01

COMARCA: Recife

EMBARGANTE: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

EMBARGADA: Gerluce Sirley Anastácio Ferreira

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

5527

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. A AUSÊNCIA DE REFERÊNCIA EXPLÍCITA A DISPOSITIVO LEGAL NÃO CONFIGURA OMISSÃO. 1. A decisão embargada é clara e suficiente por seus próprios termos, havendo apreciado a matéria debatida e tendo o julgador decidido a questão em conformidade com a legislação aplicável à matéria, inclusive quanto à presença dos pressupostos para a concessão de tutela antecipada. 2. Aclaratórios conhecidos, para fins de prequestionamento, porém improvidos, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração nº 0185661-9/01, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em conhecê-los para fins de prequestionamento e em negar-lhes provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 04 de fevereiro de 2010 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



12
035

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº: 0185661-9/01

COMARCA: Recife

EMBARGANTE: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

EMBARGADA: Gerlucé Sirley Anastácio Ferreira

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

RELATÓRIO E VOTO

Trata-se de **Embargos de Declaração** para fins de prequestionamento interpostos em face de acórdão proferido nos autos do agravo de instrumento nº 0185661-9, que, restou provido parcialmente, para suspender a decisão *a quo* na parte em que concerne à determinação de depósito imediato das parcelas atrasadas, mantendo a ordem de implantação imediata do auxílio-doença acidentário.

A decisão embargada assim está ementada:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. REATIVAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA ACIDENTÁRIO. 1. Verossímeis as alegações apresentadas pela segurada, que comprovou, por meio de atestados médicos recentes, ser portadora de enfermidade causada por acidente de trabalho, fato que a impossibilita de exercer sua atividade laboral habitual, e, por conseguinte, legitima a concessão da tutela antecipada. 2. O auxílio-doença acidentário é concedido a fim de que, diante de enfermidades laborais temporárias, o trabalhador possa realizar o tratamento de saúde adequado até seu definitivo restabelecimento, sem desprover sua família do essencial à sobrevivência. 3. Manutenção da ordem de reativação do benefício previdenciário em foco. 4. Destarte, é de rigor reconhecer que a determinação de depósito das quantias atrasadas não se compatibiliza com as determinações legais de regência que impõem o trânsito em julgado das decisões em caso que tais. 5. Agravo parcialmente provido, para o fim de suspender a decisão *a quo* na parte em que concerne à determinação de depósito imediato das parcelas atrasadas, mantida a ordem de implantação imediata do auxílio-doença acidentário (espécie 91).

Argumenta o embargante que a decisão em tela estaria eivada de omissão, uma vez que não se pronunciou explicitamente sobre a norma disposta no art. 273 do CPC.

É o que importa relatar.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

13
1
036

Destinam-se os embargos de declaração a suprir eventual defeito do julgado, consistente em contradição, omissão ou obscuridade, de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

Não vislumbro, contudo, a alegada omissão no julgado recorrido, eis que o acórdão embargado explicitamente assentou serem *"Verossímeis as alegações apresentadas pela segurada, que comprovou, por meio de atestados médicos recentes, ser portadora de enfermidade causada por acidente de trabalho, fato que a impossibilita de exercer sua atividade laboral habitual, e, por conseguinte, legítima a concessão da tutela antecipada."*

Por outro lado, o voto condutor assentou que *"o perigo de dano irreparável e de difícil reparação revela-se na óbvia hipossuficiência da segurada, que, se continuar exercendo a atividade laboral sem receber o tratamento adequado, no intuito de prover o seu próprio sustento, corre o risco de ficar definitivamente impossibilitada de exercer qualquer atividade"*.

Perfeitamente consignados, pois, os requisitos do art. 273 do CPC.

Nessa perspectiva, percebe-se que a decisão embargada é clara e suficiente por seus próprios termos, havendo apreciado a matéria debatida e tendo o julgador decidido a questão em conformidade com a legislação aplicável à matéria.

A insurgência recursal, em verdade, traduz apenas evidente inconformismo com a tornada de posição contrária ao entendimento do ora embargante.

Tenho, pois, por inexistente a omissão apontada nos presentes embargos, razão pela qual deles conheço para fins de prequestionamento, porém **nego-lhes** provimento.

Recife, 04 de fevereiro de 2010.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator